

# Encruzilhadas do editor: diferenças na tomada de decisão na edição crítica e na edição interpretativa

César Nardelli Cambraia

## RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo defender a tese de que a diferença terminológica entre edição *crítica*, realizada a partir da comparação de diferentes testemunhos, e edição *interpretativa*, executada a partir de um único testemunho, é fundamental para a crítica textual, pois reflete importantes diferenças conceituais. Analisaram-se seis passagens extraídas da tradição textual da tradução portuguesa e da francesa da obra de Isaac de Nínive, tendo em conta as duas principais tomadas de decisão com que um editor tem de lidar em seu percurso editorial: identificação da existência de uma lição não genuína em uma dada tradição textual e fixação da lição genuína. Demonstrou-se que, em relação a esses dois tipos de tomada de decisão, há diferenças entre as edições consideradas: na edição crítica, a primeira tomada de decisão é mais objetiva em função da colação e a segunda tomada de decisão também o é mas em função da baliza das lições presentes nos testemunhos; na edição interpretativa, as duas referidas tomadas de decisão são menos objetivas porque se fundamentam essencialmente no conhecimento do editor, fator de grande variabilidade.

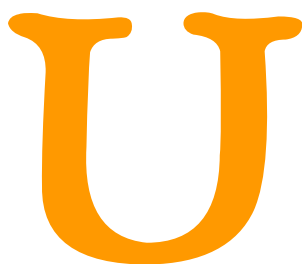
## PALAVRAS-CHAVE

Crítica textual; edição crítica; edição interpretativa; variante; conjectura.

SUBMISSÃO 18.09.2019 | APROVAÇÃO 28.10.2019 | PUBLICAÇÃO 20.03.2020

DOI <https://doi.org/10.17074/cpc.v2i38.28853>

## 1 INTRODUÇÃO<sup>1</sup>



Um dos aspectos fundamentais no desenvolvimento de um campo do conhecimento é delimitação de conceitos que lhe sejam centrais. No campo da crítica textual, uma questão que é certamente central são os tipos de edição passíveis de serem produzidos com a aplicação do instrumental teórico-metodológico da área. É importante salientar que o tema dos tipos de edição não constitui apenas uma questão terminológica: trata-se de um aspecto conceitual mais profundo, uma vez que está diretamente relacionado aos tipos de tomada de decisão que um editor realiza para a elaboração do seu produto final, a edição de

um texto.

No presente trabalho pretende-se demonstrar que a diferença conceitual entre uma edição *crítica*, entendida como aquela realizada a partir da comparação de diferentes testemunhos de uma mesma tradição textual, e uma edição *interpretativa*, entendida como aquela executada a partir de um único testemunho, é relevante uma vez que envolve diferentes tipos de tomada de decisão e, conseqüentemente, impacta no árduo trabalho de restituição da forma genuína de um texto, objetivo fundamental da crítica textual. Esta discussão será feita com base na análise de dados relativos à edição crítica da tradução medieval portuguesa da obra de Isaac de Nínive, recentemente publicada,<sup>2</sup> e relativos à edição interpretativa da tradução medieval francesa da mesma obra, atualmente em preparação.<sup>3</sup>

## 2 ISAAC DE NÍNIVE: AUTOR E OBRA

Isaac de Nínive nasceu em Bet Qatraye (no atual Qatar) e foi ordenado bispo de Nínive no monastério de Bet 'Abe (no norte de atual Iraque) por Jorge, o Católico, em 676 d.C. Cinco meses depois, renunciou ao cargo e foi viver como anacoreta na montanha de Matut, na região de Bet Huzaye (na atual província do Cuzistão no Irã). Posteriormente, transferiu-se para o

monastério de Rabban Shabur (também no atual Irã, talvez próximo a Shushtar), onde aprofundou seus conhecimentos das Sagradas Escrituras. Morreu cego e com idade avançada aproximadamente em 700 d.C. e foi sepultado no próprio monastério de Rabban Shabur.<sup>4</sup> Suas obras dividem em cinco conjuntos, tradicionalmente chamados de *partes*. A *Primeira Parte*, composta de 82 capítulos, foi traduzida do original em siríaco, para o grego em fins do séc. VIII ou princípios do séc. IX por dois monges — Patrikios e Abramios — do mosteiro de Mar Sabbas, situado próximo a Jerusalém, e do grego para o latim por volta de fins do séc. XIII, sendo considerada a data de 1270 como *terminus ante quem* para a tradução latina, pois citações dessa tradução aparecem no *Tractatus Pauperis* (concluído em 1270) de John Pecham (1230-1292).<sup>5</sup> Ainda que 68 dos 82 capítulos da *Primeira Parte* tenham sido traduzidos para o grego, apenas 26 desses 68 foram traduzidos para o latim. Já na tradição grega se agregaram ao texto de Isaac quatro capítulos de João de Dalyata (ca. 690-ca. 780) e uma carta de Filoxeno (ca. 450-523) a Patrício. Desses cinco textos, apenas dois de Dalyata passaram para a tradição latina (caps. 17 e 18 na tradição grega antiga). A esses 28 capítulos (26 de Isaac mais 2 de Dalyata) se agregou à tradição latina um apêndice de origem variada. Esse conjunto de 29 capítulos em latim foi traduzido, direta ou indiretamente, para diferentes línguas românicas na Idade Média: italiano, francês, catalão, espanhol e português.

A tradução portuguesa, preservada em quatro testemunhos (cód. 50-2-15, da Bibl. Nac. do Rio de Janeiro [= PR]; o cód. alc. 461 da Bibl. Nac. de Portugal<sup>6</sup> [= PL]; o cód. alc. 281 da Bibl. Nac. de Portugal e o cód. CXII/1-40 da Bibl. Públ. de Évora), terá sido traduzida de uma versão em espanhol compatível com a da edição impressa de 1497 (Sevilha, 1497, ff. 127v-162v)<sup>7</sup> [= ES], embora não tenha sido esta em função de erros separativos. Há evidências de sucessivas contaminações com testemunhos latinos no processo de transmissão da tradução portuguesa.

A tradução francesa, preservada em testemunho único, o cód. lat. 14891 (Paris, Bibl. Nac. da França, séc. XV, ff. 308r-365v)<sup>8</sup>

[= *FP*], terá sido realizada diretamente do texto latino, sendo a versão textualmente mais compatível com ela a presente no cód. 659 (Paris, Bibl. Maz., séc. XV, ff. 2r-103r) [= *LPm*]. Durante a edição em andamento da tradução francesa, que será acompanhada de edição do texto latino, foi possível verificar a existência de erros separativos entre esses dois testemunhos, indicando assim que a tradução francesa terá sido feita partir de um testemunho diferente do cód. 659. Dos testemunhos latinos conhecidos<sup>9</sup> que já se analisaram, nenhum se enquadra no caso, embora haja grande afinidade entre o já referido cód. 659 e o cód. 135 (Tarragona, Bibl. Públ., séc. XV, ff. 1-98)<sup>10</sup> [= *LT*].

### 3 OS TIPOS EDIÇÃO E OS TIPOS DE TOMADA DE DECISÃO

Como já mencionado, entende-se aqui por edição *crítica* aquela realizada a partir da comparação de diferentes testemunhos de uma mesma tradição textual e por edição *interpretativa* aquela executada a partir de um único testemunho.<sup>11</sup> Naturalmente uma questão que poderia ser colocada é se essa distinção é conceitualmente relevante, uma vez que em qualquer um dos casos haverá sempre um crítico textual realizando um trabalho intelectual profundamente reflexivo com o objetivo de restituir a forma genuína de um texto, ou seja, a forma que registra a vontade última de seu autor intelectual. A tese que se pretende defender aqui é que *os caminhos que um editor segue no processo de fixação de um texto em cada caso não são exatamente os mesmos e isso tem consequências em relação à natureza do trabalho final, a edição do texto*. Justamente por isso, a distinção terminológica, porque conceitual, entre *edição crítica* e *edição interpretativa* é fundamental para a crítica textual.

#### 3.1 A DELIMITAÇÃO DAS FRONTEIRAS

Há duas principais tomadas de decisão com que um editor tem de lidar em seu percurso editorial: (a) *identificação da existência de uma lição não genuína em uma dada tradição textual* e (b) *fixação de sua lição genuína*.

Em uma tradição textual politemunhal, costuma ser mais evidente para um editor a existência de uma ou mais lições não genuínas: a sua constatação emerge no processo de colação, em que, sendo comparados diferentes testemunhos, identificam-se lugares críticos com lições diferentes, ou seja, variantes. Assumindo o pressuposto de que a vontade última só possa ser uma, ou seja, de que a vontade última esteja manifesta em apenas uma das configurações que o texto possa ter apresentado ao longo do processo criativo, seja porque o autor não quis mais modificar o texto, seja porque não tenha mais sido possível fazê-lo (como no caso de sua morte), deve-se então reconhecer que apenas uma das variantes pode ser a genuína,<sup>12</sup> ou seja, a que corresponde à da configuração final do texto.

Para exemplificar, tomem-se os seguintes dados da tradução portuguesa da obra de Isaac de Nínive:<sup>13</sup>

(1a) Esto seja a ti por sinal das cousas que queiras *a ti meesmo sojugar* (PR, f. 9r17-18)

(1b) Esto seja a ti sinal daquelas cousas que queras *sojugar a ti meesmo* (PL, f. 15v23-24)

Como a configuração final do texto que se pretende reconstituir seria uma só, apenas uma destas lições em itálico é a genuína. Vê-se, então, que essa primeira tomada de decisão, a da identificação da existência de uma lição não genuína em uma dada tradição textual, depende apenas de constatação de lições diferentes em testemunhos diferentes no mesmo lugar crítico. Pode-se chamar esse caso de *variantes intertestemunhais*.

A segunda tomada de decisão, a da fixação da lição genuína, pode ser realizada com base em diferentes princípios, como o da lição mais difícil, o da mais antiga, etc. No caso em questão, há a especificidade de o texto a ser fixado ser tradução (para o português) de outra tradução (a em espanhol), por isso é legítimo considerar que a lição do texto-alvo (em português) mais próxima do padrão do texto-fonte (em espanhol) seria a genuína. Isso se deve à baixa probabilidade de o tradutor mudar um padrão

no processo tradutório do espanhol para o português e, no processo de cópia, o copista restituir no português o padrão original presente no texto-fonte em espanhol sem tê-lo consultado. No trecho em análise, a lição presente no texto-fonte é:

(1c) Esto sea a ti por señal de las cosas que querras *tu mesmo sojuzgar* (ES, f. 129rb32-34)

Vê-se, pela lição em (1c), que é a variante presente em (1a) a mais compatível com o texto espanhol, no sentido se apresentar a mesma ordenação de conteúdo (pronome + verbo), por isso deve ser ela a genuína.

Nem sempre, no entanto, a identificação da existência de uma lição não genuína emerge do processo de colação em uma tradição politemunhal. Eventualmente todos os testemunhos considerados tem a mesma lição, mas, ainda assim, por certas razões, pode-se considerar que não seja a genuína, como no seguinte trecho:

(2a) Quando te quiseres achegar com o teu coração a Deus, primeiramente demonstra o teu trabalho em as cousas corporaes, ca por austinência delas é começo da *sua* conversaçom. (PR, 105v17-20)

(2b) Quando te quiseres chegar com o teu coração a Deus, primeramente demonstra o teu trabalho em as cousas temporaes, porque abstinência delas é começo da *sua* conversaçom. (PL, 93v9-12)

O possessivo *sua*, presente em ambos os testemunhos, contraria o sentido do texto, pois a *conversaçom* (“conversão”) em questão é a do destinatário da mensagem (tratado pela 2ª pessoa do singular), logo não se trata de *sua* mas sim de *tua*, o que é confirmado pelo texto espanhol:

(2c) Quando te quisieres llegar con el tu corazón a Dios, primeramente demuestra el tu trabajo en las cosas temporales, ca por abstinencia de aquellas es començamiento de *tu* conversacion. (ES, f. 161ra31-35)

Nesse caso, a segunda tomada de decisão, a da fixação da forma genuína, depende do conhecimento da língua do testemunho para que se proponha uma conjectura, ou seja, uma lição que não está atestada em nenhum dos testemunhos da tradição em questão, no caso, a portuguesa.

O ponto-chave que se quer ressaltar, entretanto, é que a primeira tomada de decisão, a da identificação da existência de uma lição não genuína, em uma tradição politemunhal tem como idiosincrasia emergir normalmente da colação e não depender propriamente de um julgamento do editor sobre sua existência: o editor terá de exercer seu juízo na seleção da variante genuína, mas *a identificação da existência de uma lição não genuína em uma tradição politemunhal é objetiva*, não depende de juízo, ou seja, basta constatar a existência de lições diferentes entre os testemunhos. Essa objetividade da identificação confere à edição crítica um certo grau de segurança em relação à necessidade de o editor intervir (no caso, através da seleção de uma variantes).

Já em uma tradição textual monotemunhal, é menos evidente para um editor a existência de uma ou mais lições não genuínas, uma vez que essa constatação depende da sua interpretação de que uma dada lição não reflete, de alguma maneira, o que seria a vontade última do autor. Nesse caso, o editor não pode contar com o que a colação entre testemunhos revela.

Veja-se o dado abaixo relativo à tradução francesa da obra em questão:

(3a) Dont li un des *regiens* et des viellars escriveurs, veant un homme nient barbu ressemblant a fames, reputa ce estre nuisible a sa penssee et damajable en sa bataille. (FP, f. 330v5-9)

Nesse caso, a tomada de decisão sobre a da existência de uma lição não genuína não pode basear-se no confronto com outro testemunho em francês porque simplesmente não há. A primeira tomada de decisão nesse caso baseia-se em outro tipo de informação. No trecho em questão, a forma *regiens*, no sentido de

“religiosos” segundo indica o contexto, chama a atenção, pois: (a) sua ocorrência é única no texto, aparecendo *religiens* (ff. 332r, 329r, 339v, 340r) nas quatro demais referências ao conteúdo em questão; (b) não se encontra atestada em obras lexicográficas que registram o léxico do francês médio;<sup>14</sup> e (c) a supressão do segmento *li* (*religiens* > *regiens*) não faz parte de processos fonológicos registrados na formação histórica da língua francesa.<sup>15</sup> Tais fatos apoiam a interpretação de que *regiens* seja uma lição não genuína, sendo provavelmente um erro de copista: um caso de haplografia, isto é, de supressão de uma sílaba na escrita. Essa interpretação fica abalada, no entanto, ao se constatar, no mesmo testemunho, a existência da forma *region* (f. 329v) no sentido de “religião” segundo indica o contexto, sendo as quatro demais referências ao conteúdo em questão com a forma *relegion* (ff. 330r, 353v, 354r, 365r). Teria ocorrido um mesmo tipo de erro (haplografia) em duas palavras cognatas por mera coincidência ou haveria aí um processo fonológico idiossincrático que teria escapado a registro lexicográfico até o presente? No caso de *relegion*, entende-se que a haplografia teria sido favorecida pela existência de dois *e*'s próximos, como se fosse um caso de salto-bordão nos limites de uma palavra, mas, no caso de *regiens*, a existência de dois *i*'s próximos favoreceria a haplografia da sílaba *gi* e não *li*, exceto se o que estivesse no modelo fosse *relegiens*, diferentemente do que aparece nas quatro demais ocorrências no texto, caso em que a haplografia do *le* não seria uma surpresa.

Veja-se que, nesse caso, aceitando-se a interpretação de que *regiens* seja uma lição não genuína, a natureza do processo de tomada de decisão quanto à existência de uma lição não genuína é diferente do caso anterior: naquele a identificação decorre da constatação de diferenças entre testemunhos; e neste, decorre da constatação de diferenças no mesmo testemunho, ou seja, trata-se de *variantes intratestemunhais*. O grau de certeza sobre a natureza não genuína de lições neste segundo caso, no entanto, é seguramente bem menor do que no primeiro caso: sendo a língua constitutivamente heterogênea e variável, como já mais do que demonstrou a sociolinguística moderna, a existência de variantes



intratestemunhais não significa necessariamente que haja alguma lição não genuína entre elas – pode ser simplesmente um caso de variação linguística. Deve-se, a propósito, ter em mente que, no caso de textos inéditos, o contato com fatos linguísticos não registrados pela tradição gramatical e lexicográfica é mais do que natural em face justamente do ineditismo, por isso o contato com variantes linguísticas desconhecidas até então é mais do que natural.

No que se refere à segunda tomada de decisão, nesse caso também há diferença em relação ao anterior, pois, mesmo sabendo que a tradução francesa (texto-alvo) se origina da latina (texto-fonte), esta em nada auxilia para esse caso específico:

(3b) Unde vir quidam de *religiosis* et certatoribus senibus, videns quemdam imberbem similem mulieribus, reputavit hoc nocivum [menti]<sup>16</sup> atque dampnosum in pugna sua. (*LPm*, f. 34v12-15)

A forma latina (*religiosis*), além de não permitir a tomada de decisão sobre *regiens* ser ou não uma lição não genuína, também não permite reconstituir qual seria a genuína (*religiens*, como as demais ocorrências, ou *relegiens*, cuja forma seria a que favoreceria a haplografia): trata-se de uma questão interna à morfofonologia do francês. No caso em questão, a segunda tomada de decisão pode ser apoiada no princípio de seleção de variantes referente ao estilo (ou *usus scribendi*): se, nas demais ocorrências no testemunho, aparece apenas *religiens*, então essa é a lição a ser restituída.

Saliente-se, então, que a primeira tomada de decisão no caso de uma tradição politestemunhal é de natureza bastante diversa em relação ao caso de uma tradição monotestemunhal, pois naquele o editor é objetivamente obrigado a reconhecer a existência de uma lição não genuína em face do resultado da colação, enquanto neste o editor depende de um conjunto de conhecimentos dominados de forma variável entre os editores em geral (nenhum editor tem exatamente a mesma formação que o outro), o que torna o reconhecimento da existência de uma lição não genuína algo menos objetivo e seguro. Justamente por isso,

uma edição crítica é bastante diferente de uma edição interpretativa, pois esta está muito mais sujeita às idiosincrasias do editor (como no reconhecimento da existência de uma lição não genuína) do que aquela.

### 3.2 O EMBAÇAMENTO DAS FRONTEIRAS

Há que se reconhecer que, em certas circunstâncias, os processos decisórios na edição de textos de tradição politemunhal e monitemunhal apresentam pontos de contato.

Eventualmente, em uma tradição politemunhal, pode-se ter que tomar a decisão sobre a existência de uma lição não genuína sem o auxílio da colação dos diferentes testemunhos, já que há casos em que apenas um testemunho preservou uma dada passagem, como no caso de mutilação nos demais testemunhos. Na tradição da tradução portuguesa da obra de Isaac de Nínive, há testemunhos mutilados, com repercussão em certas passagens, como no título do primeiro capítulo dessa tradução, presente apenas em um dos quatro testemunhos dessa tradição: *PR*. Nesse testemunho, o título aparece três vezes:

(4a) Daquel que se quer *spaçar e deleitar* nas cousas de Deus, *de todo em todo se quer* com Ele *atar* (*PR*, f. 1r3-4, tavoada)

(4b) Daquel que se quer *delectar e spaçar* nas cousas de Deus e *se quer legar de todo em todo* com Deus. (*PR*, f. 3v21-22, prólogo [“falamento sobre o Livro de Isaac em breve”])

(4c) Daquel que se quer *spaçar e deleitar* nas cousas de Deus e *de todo em todo se quer* com Ele *atar* (*PR*, f. 4r, texto propriamente dito)

Há fundamentalmente três diferenças:<sup>17</sup>

(i) *spaçar e deleitar* [a/c] × *delectar e spaçar* [b]

(ii) *de todo em todo se quer* [a/c] × *se quer (...)* *de todo em todo* [b]

(iii) *atar* [a/c] × *legar* [b]

A primeira tomada de decisão diz respeito à identificação de lição não genuína: como há diferentes formas para o título do primeiro capítulo, seria alguma delas diferentes por erro de copista e, portanto, não genuína? Considerando que *PR* é uma cópia, então se poderia pensar que a forma em (4b) seria um erro de copista, composto de duas alterações de ordem – cf. (i) e (ii) – e de uma substituição – cf. (iii).

Nesse caso específico, o recurso ao texto-fonte (em espanhol) não é resolutivo: no texto espanhol aparece no índice como título para o primeiro segmento textual em questão “El prologo” (*ES*, f. 4v29, tabla) e não há título logo antes do texto propriamente dito (*ES*, f. 127vb25-26). Esses dados, portanto, em nada contribuem para a tomada de decisão no caso.

Como já se apurou em relação à tradição textual da tradução portuguesa da obra de Isaac de Nínive, sua constituição não é fruto de subordinação única à tradução espanhola (caso de uma recensão fechada com transmissão vertical), mas sim decorrente também de contaminação com a tradição latina (caso de recensão aberta com transmissão horizontal). A forma dissonante do título, a de (4b), ocorre em uma seção (o prólogo) que não aparece no texto espanhol, mas apresenta versão compatível com o prólogo presente na tradução latina preservada no cód. alc. 387 (Lisboa, Bibl. Nac. de Portugal, 1409, ff. 94v-115v)<sup>18</sup> [=LL]. Sendo assim, considera-se que o texto português do prólogo tenha sido traduzido do texto latino, e não do texto espanhol. No referido cód. 387, o título aparece também três vezes, mas com forma estável:

(4d) De eo qui vult in divinis *dilatari seu delectari* et Deo *totaliter colligari* (LL, f. 94v40-42, prohemium; 95r2, tabuada; 95v15-16, texto propriamente dito)

É curioso que justamente a forma do título em português que terá sido traduzida do latim apresenta mais inovação em relação a esta: enquanto (4a) e (4c) apresentam ordem mantida dos

verbos (*spaçar e deleitar = dilatari seu delectari*), já (4b) a apresenta invertida (*delectar e spaçar*); além disso, (4a) e (4c) mantêm a ordem complemento verbal + verbo ([...] *com Ele atar = Deo [...] colligari*), mas (3b) a inverte (*legar [...] com Deus*). Essa segunda inovação de (4b) é interessante, pois apresenta um padrão românico de ordenação (SVO) e (4a) e (4c) um padrão latino (SOV), ou seja, justamente a versão que foi traduzida do latim apresenta forma românica, diferentemente do que se esperaria se se considerasse interferência da língua-fonte da tradução.

Diante dessas informações, a segunda tomada de decisão, a da fixação da lição genuína, resulta necessariamente na manutenção das duas formas do título, (4a/c) e (4b), no texto editado, pois ambas são genuínas: a de (4a/c) tem sua forma específica em função de sua origem no texto espanhol e a de (4b) em função de sua origem no texto latino.

Na tradição francesa da obra de Isaac de Nínive ocorre também caso de variantes intratestemunhais com percurso decisório semelhante ao anterior (reconhecimento de duas lições como genuínas e sua manutenção no texto fixado). Observem-se os seguintes dados:

(5a) Par quel loien est li cuers *retenus*, qu'il ne queure as maus  
(FP, f. 328r6-7, corpo do texto)

(5b) Par quel loian le cuer est *detenu*, qu'il ne dequeure au mal  
(FP, f. 365r15-16, tabuada)

Sendo FP uma cópia, é pertinente questionar inicialmente (primeira tomada de decisão) se as formas verbais diferentes em itálico são genuínas ou se uma delas consiste em erro de cópia. Do ponto de vista de sentido, parecem ter valor muito próximo, pois o *Dictionnaire du Moyen Français*<sup>19</sup> apresenta *retenir* como sinônimo de *détenir* quando se refere a coisa, que é o caso nos dados (5a/b). O texto latino pouco contribui para essa discussão, já que apresenta uma mesma forma (*retinetur*) para as duas ocorrências (no corpo do texto e na tabuada):

(5c) Quo vinculo *retinetur* cor, ne discurrat ad mala (*LPm*, f. 30v, corpo do texto; 102v28-29 tabuada)<sup>20</sup>

Se, no caso da tradução portuguesa em relação aos dados em (4), a reconstituição da história da transmissão do texto ofereceu informações relevantes para a tomada de decisão sobre a existência de lição não genuína, já no caso da tradução francesa a impossibilidade de uma reconstituição mais detalhada dessa história, em função do haver apenas testemunho único, impede que se decida com informações dessa natureza. Uma vez que, nos dados (5a/b), se constata várias diferenças, como *est li cuers* × *le cuer est*, *retenus* × *detenu*, *queure* × *dequeure*, *as maus* × *au mal*, a hipótese mais provável é a de que o tradutor não tenha se lembrado de como traduziu o período em questão em latim na primeira vez que apareceu no meio texto e acabou traduzindo o mesmo período de forma diferente quando reapareceu no final do texto: a decisão neste caso não decorre da reconstituição da transmissão do texto, mas sim do reconhecimento de idiossincrasias no processo tradutório. Admitindo essa interpretação, tem-se que as duas lições diferentes são igualmente genuínas, porque são fruto da forma eleita pelo tradutor, e não um caso de diferenciação em função de erro de copista.

Sendo ambas as lições genuínas, a segunda tomada de decisão é mais simples: devem ser mantidas no texto fixado.

Nem sempre, no entanto, a existência de variantes intratestemunhais tem percurso decisório semelhante aos constatados para (4) e (5).

Antes de apresentar os próximos dados, é necessário salientar novamente que o testemunho latino mais próximo da tradução francesa não foi o modelo para esta, pois há erros separativos entre ambos. Justamente por isso, a edição do texto latino que acompanhará o texto da tradução francesa é uma edição crítica, pois envolve comparação com diferentes testemunhos latinos<sup>21</sup> e escolha de variantes – no caso, o objetivo dessa edição crítica da tradução latina é reconstituir a forma do texto latino que

foi modelo para a tradição francesa. Vejam-se então os seguintes dados:

(6a) Il n'est nule bonne *intencion* qui ne soit de la divine grace cheant au cuer (FP, f. 361r10-11)<sup>22</sup>

(6b) De la bonne *tencion* qui est faite de la grace divine (FP, f. 365v7-8)

(6c) [Non] est aliqua *intentio* bona que non [sit] a gratia divina incidente in corde (LPM, f. 94v12-14)<sup>23</sup>

(6d) De [*intentione*] bona que fit a gratia divina (LPM, f. 103v16-17)<sup>24</sup>

A discussão aqui começa com a primeira tomada de decisão: as variantes intratestemunhais *intencion* e *tencion* são um caso em que há uma lição que não é genuína? A forma *tencion* deve ser interpretada como uma forma não genuína, sendo fruto de erro do copista, com a omissão de prefixo, ou como uma forma genuína, no sentido de ter sido a eleita pelo tradutor, assim como em (4) e (5)? Neste caso parece apontar-se para interpretação diferente da apresentada para (4) e (5) por três razões: (a) na tradição lexicográfica não há registro de *tension* como variante de *intention* (DMF, 2015); (b) embora já houvesse corrosão da distinção entre sibilante (representada por *s*) e africada (representada por *t* ou *ç*) no francês médio, a presença de *c*, e não de *s*, na forma *tencion* sugere ainda assim que não se trata do lexema *tension* (< lat. TENSIONE-), pois os casos de confusão gráfica são pouco comuns no testemunho em questão; e (c) do ponto de vista semântico, a forma *tension*, no sentido de “qualidade de tenso”, é incompatível com contexto, em que se trata de conduta esperada de um religioso (por isso a ideia de “boa intenção”). Sendo assim, a forma *tencion* deve ser interpretada como erro de copista e, portanto, lição não genuína.

Sendo apenas uma das lições a genuína, a segunda tomada de decisão é retificar a lição não genuína tomando como modelo o estilo do texto, o que não deixa de ser uma decisão complexa, pois

há três variantes para o lexema em questão: *entencion* (9 ocs.), *entempcion* (1 oc.), *intencion* (5 ocs.). Embora a escolha da variante mais frequente – no caso, *entencion* – esteja em consonância com a noção de estilo (ou seja, conjunto de escolhas particulares de cada usuário de uma língua, no caso, do tradutor), há que se ponderar que a forma em questão ocorre em uma estrutura específica, com o adjetivo *bonne*, e, quando há essa combinação no testemunho (que ocorre apenas uma vez), a forma que aparece é *intencion*, razão pela qual deve ser eleita no processo de fixação do texto.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo defender a tese de que a diferença terminológica entre edição *crítica* e edição *interpretativa* é fundamental para a crítica textual, pois reflete importantes diferenças conceituais. Para isso, analisaram-se seis passagens extraídas da tradição textual da tradução portuguesa e da francesa da obra de Isaac de Nínive, tendo em conta as duas principais tomadas de decisão com que um editor tem de lidar em seu percurso editorial: (a) identificação da existência de uma lição não genuína em uma dada tradição textual e (b) fixação de sua lição genuína.

A questão central da diferença entre uma edição crítica e uma edição interpretativa é a consequência de haver mais de um testemunho para o exercício da crítica textual no primeiro caso: como resultado da colação, realiza-se de forma objetiva uma tomada de decisão fundamental, a identificação da existência de lição não genuína. Na verdade, é como se a necessidade dessa tomada de decisão fosse praticamente extinta do processo editorial, pois o crítico textual não precisa julgar se existe uma lição não genuína: isso fica evidente com a constatação de diferentes lições (aceitando o pressuposto de que a vontade última é uma só). Diz-se “praticamente” porque há casos em que lições diferentes de testemunhos diferentes constatadas na colação podem ser ambas genuínas, como no caso de difração, que é caso bastante raro. No caso da edição interpretativa, porque se trabalha apenas com um

testemunho (seja porque não há outro, seja porque não há interesse com comparar diferentes testemunhos), a de identificação da existência de lição não genuína é menos objetiva, porque está sujeita ao conhecimento que cada editor tem disponível para exercício da sua atividade.

Isso não significa, no entanto, que, no trabalho com uma tradição politemunhal, sempre se possa contar com essa identificação objetiva da existência de lição não genuína. Há casos em que o editor de um texto com tradição politemunhal se vê no mesmo terreno movediço em que trabalha o editor que lida com tradição monitemunhal: “movediço”, porque ambos não podem contar com a segurança da colação para a identificação objetiva da existência de lição não genuína. Não há variantes intertemunhais. Como visto, a simples existência de variantes intritemunhais não é prova de que haja alguma lição não genuína, porque as especificidades da constituição do texto podem resultar na existência de lições diferentes em um mesmo testemunho, mas igualmente genuínas. Quando se têm informações abundantes sobre a história de um texto (sua constituição, sua transmissão, etc.), o terreno pode parecer menos movediço, mas, em caso contrário, o terreno se torna ainda mais instável, ou seja, as decisões ficam suscetíveis a fatores mais subjetivos.

Podem-se ainda diferenciar edição crítica e edição interpretativa em relação à segunda tomada de decisão comentada, ou seja, a da fixação da lição genuína. No caso de uma tradição politemunhal, a fixação da lição genuína na edição crítica é realizada, via de regra, dentro de uma baliza: o editor escolhe uma das lições presentes nos próprios testemunhos, o que limita o grau de subjetividade (esta sempre há!) que imprimirá à sua edição. No caso de uma tradição monitemunhal, não há a baliza das lições necessariamente excludentes em função de serem diferentes e estarem no mesmo ponto do texto em diferentes testemunhos: a principal baliza com que geralmente conta o editor é seu conhecimento sobre o autor, sobre o texto, sobre a língua, etc., o que abre maior espaço para expressão de subjetividade.



Em síntese, as tomadas de decisão no processo de elaboração de uma edição crítica e de uma edição interpretativa apresentam diferenças suficientemente significativas para que sejam reconhecidas com dois tipos diferenciados de edição no campo da crítica textual.

ABSTRACT

This paper aims to defend the thesis that the terminological difference between critical edition, made from the comparison of different testimonies, and interpretative edition, made from a single testimony, is fundamental for textual criticism, since it reflects important conceptual differences. Six passages taken from the textual tradition of the Portuguese and French translations of Isaac de Nínive's work were analyzed, taking into account the two main decisions that an editor has to deal with in his editorial route: identification of the existence of a non genuine lesson in a given textual tradition and fixation of the genuine lesson. It has been shown that, in relation to these two types of decision making, there are differences between the considered editions: in the critical edition, the first decision making is more objective because of the collation and the second decision making is also but because of the lessons of the testimonies; in the interpretative edition, the two referred decisions are less objective because they are essentially based on the editor's knowledge, a factor of great variability.

KEYWORDS

Textual Criticism; Critical Edition; Interpretative Edition; Variant; Conjecture.

REFERÊNCIAS

- ALLIÈRES, J. **La formation de la langue française**. Paris: PUF, 1996.
- BROCK, S. From Qatar to Tokyo, by way of Mar Saba: the translations of Isaac of Beth Qatraye (Isaac the Syrian). **Aram**, Oxford, n. 11-12, p. 475-484, 1999-2000.
- CAMBRAIA, C.N. **Introdução à crítica textual**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- \_\_\_\_\_. Livro de Isaac (cód. 50-2-15 da BN): caminhos percorridos. **Anais da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, v. 133-34, p. 15-35, 2013-2014.
- \_\_\_\_\_. **Livro de Isaac**: edição crítica da tradução medieval portuguesa da obra de Isaac de Nínive. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2017.
- CHIALÀ, S. **Dall'ascesi eremitica alla misericordia infinita**: ricerche su Isaaco di Nínive e la sua fortuna. Firenze: Leo S. Olschki, 2002.
- CONTINI, G. **Breviario di ecdotica**. Torino: Einaudi, 1986. [2. rist., 1992].
- DMF: Dictionnaire du Moyen Français, version 2015 (DMF 2015). ATILF - CNRS & Université de Lorraine. Disponível em: <<http://www.atilf.fr/dmf>>. Acesso em: 13 set. 2019.
- MELO, T.C.A. de. **Livre d'Isaac Abbé de Syrie (cód. lat. 14891 da BNF)**: edição e glossário. 2010. 371 f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Universidade Federal de Minas Gerais, 2010.
- ZINCK, G. **L'ancien français**. Paris: PUF, 1987.
- \_\_\_\_\_. **Le moyen français**. Paris: PUF, 1990.

<sup>1</sup> Uma primeira versão deste trabalho foi apresentada como palestra de abertura do V Seminário de Crítica Textual: Autoras, Autores e Livros: Gênese e Transmissão Textuais, realizado entre 17 e 20 de setembro de 2019, na Universidade Federal Fluminense.

<sup>2</sup> CAMBRAIA, 2017.

<sup>3</sup> A primeira edição da tradução francesa, do tipo paleográfico, foi preparada por Melo (2010). A atual edição interpretativa em preparação está sendo realizada em colaboração com a mesma autora, Teresa Cristina Melo.

<sup>4</sup> BROCK, 1999-2000.

<sup>5</sup> CHIALÀ, 2002.

<sup>6</sup> Fac-símile digital: <<http://purl.pt/26234>>.

<sup>7</sup> Fac-símile digital: <<http://bdh-rd.bne.es/viewer.vm?id=0000137334>>.

<sup>8</sup> Fac-símile digital: <<https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b90670375?rk=21459;2>>.

<sup>9</sup> CAMBRAIA, 2013-2014

<sup>10</sup> Fac-símile digital: <<https://bvpb.mcu.es/es/consulta/registro.do?id=397172>>.

<sup>11</sup> CAMBRAIA, 2015, p. 96-98 e 104

<sup>12</sup> Um caso especial em que duas variantes seriam genuínas é o da difração (CONTINI, 1992), em que uma lição genuína se fragmenta em duas diferentes, cada uma com uma parte da genuína. Esse caso, embora possível, é muito raro e não representa as principais questões com que lida o crítico textual.

<sup>13</sup> As transcrições apresentadas neste trabalho foram feitas com uniformização gráfica.

<sup>14</sup> DMF, 2015.

<sup>15</sup> ALLIÈRES, 1996; ZINCK, 1987, 1990

<sup>16</sup> Variantes: *LPm*: om.; *LMi*, *LT*: menti.

<sup>17</sup> A ausência do *e* em (4a) não será comentada em detalhe aqui porque não diz respeito ao padrão que está sendo discutido nesta seção. A ausência do *e* é uma lição não genuína principalmente por representar uma falha coesiva (falta de conjunção ligando duas orações adjetivas coordenadas). Na fixação do texto, essa conjunção deve ser restituída no trecho de (4a).

<sup>18</sup> Fac-símile digital: <<http://purl.pt/26847>>.

<sup>19</sup> DMF, 2015.

<sup>20</sup> Na primeira ocorrência desse excerto falta o *Q* inicial (uma capitular que não foi executada) e na segunda ocorrência falta o *n* em *retinetur* (aparentemente um lapso no registro de um *titulus* como sinal abreviativo).

<sup>21</sup> A edição baseia-se no confronto de 3 testemunhos latinos: *LMi*: cód. A 49 sup., Milão, Bibl. Pinac. Accademia Ambrosiana, séc. XIII, ff. 1r-75v; *LPm*: cód. 659, Paris, Bibl. Maz., séc. XV, ff. 2r-103r; e *LT*: cód. 135, Tarragona, Bibl. Públ., s. XV, ff. 1-98.

<sup>22</sup> Este primeiro trecho é o período inicial do capítulo: na Idade Média era comum escolher como título para uma seção textual o primeiro período ou parte dele. O segundo trecho é o título para a respectiva seção textual que aparece ao final da obra, na tabuada da matéria ou sumário.

<sup>23</sup> Variantes: *LPm*: on; *LMi*, *LT*: Non / *LPm*: fit; *LMi*, *LT*: sit.

<sup>24</sup> Variantes: *LPm*, *LT*: temptatione, *LMi*: [não possui a tabuada].